


CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF N° 27.595.780/0001-16


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano - período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024. Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade. Em 2023 tivemos receita líquida de R\$1,3 bilhão com crescimento de 65,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente à frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
 Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: **i) Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; **ii) Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e **iii) Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causada pela pandemia da COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R\$/US\$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros. A queda das cotações internacionais das commodities impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação. A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano. Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R\$/US\$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA

dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023. A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024. Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R\$ 1,5 bilhão em créditos tributários - R\$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R\$ 700 milhões para caminhões e R\$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R\$ 2 mil a R\$ 8 mil nos carros; ii) R\$ 33,6 mil a R\$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R\$ 38 mil a R\$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses. Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022. Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
 Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	-	3.015	2.827
Tributos a recuperar	-	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	-	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		1.086.651	929.448
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	-	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	-	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		7.874	1.213
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	-	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		4.396.325	2.762.257
Total do ativo		5.482.976	3.691.705
Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	-	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	-	8.194	3.604
Tributos a recolher	-	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		828.418	584.401
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	-
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.062
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	142	-
Total dos passivos não circulantes		248.613	171.213
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	-	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		4.405.945	2.936.091
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.482.976	3.691.705

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Demonstração de Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		440.069	322.878
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		(38.741)	(26.151)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		401.328	296.727
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		(27.739)	9.393
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		373.589	306.120
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		(71.582)	(76.127)
Lucro líquido do exercício		302.007	229.993

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	302.007	229.993
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	302.007	229.993

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma
1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Sarariva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves ("rent a car") e tem como objeto social

principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R\$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do

continua ★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

★ continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômico entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital social total avaliado e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R\$ 620.339. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício:** **1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributária o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS®"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11; e) Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5. **2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. **2.6. Reclassificação dos saldos comparativos:** Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de: • R\$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo; • R\$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido; • R\$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido; • R\$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício; A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo representadas. Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

	31/12/2022			
	Notas	Divulgado	Ajuste	Reapresentado
Balanco Patrimonial				
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	-	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	-	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	-	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	-	3.604	-	3.604
Tributos a recolher	-	19.324	-	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	-	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	47.298	-	47.298
Total dos passivos circulantes		688.577	(104.176)	584.401
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	-	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	-	168.151
Total dos passivos não circulantes		171.213	-	171.213
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	-	1.378.222
Reservas de capital	-	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000	-	60.000
Total do patrimônio líquido		2.831.915	104.176	2.936.091
Total do passivo e do patrimônio líquido		3.691.705	-	3.691.705
				31/12/2022
Demonstração de Resultado				
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	-	780.587
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	-	(457.709)
(=) Lucro bruto		322.878	-	322.878
Despesas comerciais	21	(4.795)	-	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	-	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	21	(1.655)	-	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	-	994
Despesas operacionais, líquidas		(26.151)	-	(26.151)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		296.727	-	296.727
Receitas financeiras	22	16.484	-	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		(60.633)	70.026	9.393
(-) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		236.094	70.026	306.120
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(76.127)	-	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		(76.127)	-	(76.127)
Lucro líquido do exercício		159.967	70.026	229.993
Demonstração das mutações do patrimônio líquido				
		Reservas de capital - Divulgado	Reservas de capital - Ajuste	Reservas de capital - Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	-	313.646
Emissão de debêntures conversíveis em ações	13.2	960.000	-	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.064.518	34.150	1.098.668

	Nota	Divulgado	Ajuste	31/12/2022 Reapresentado
Demonstração do fluxo de caixa				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:				
Depreciação e amortização	21	134.882	-	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	-	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	-	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	-	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	-	582.191
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	-	(45.183)
Estoques	-	(323)	-	(323)
Fornecedores	12	92.818	-	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	-	(41)	-	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante líquido operacional		71.051	(596)	70.455
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	-	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	-	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	-	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		(1.371.564)	596	(1.370.968)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	-	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(1.609.973)	596	(1.609.377)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	-	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(4.289)	-	(4.289)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	-	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	-	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2,2	(6.398)	-	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000	-	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		953.796	-	953.796
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.224)	-	(7.224)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	-	9.711	-	9.711
No final do período	-	2.487	-	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(7.224)	-	(7.224)
				-
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)	-	(5.962)
Varição no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877	-	40.877

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES EM NORMAS VIGENTES

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

3.1 Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: **3.1.1 Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identifica-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **3.1.2. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **3.1.3. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **3.1.4. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro de 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). **3.2. Alterações e novas normas que ainda não estão em vigor:** **3.2.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **3.2.2. Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subseqüente à venda e relocação, o vendedor - arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. **3.2.3. Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis. Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento: Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 meses, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita bruta operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 Política contábil: **5.1.1. Ativos financeiros:** Os instrumentos financeiros da empresa estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **a) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A

★ continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **5.1.2. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **5.1.3. Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha uma data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base-líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.2 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.193	6.193	-	2.487	2.487
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	-	530.089	600.621	-	600.621
Contas a receber	-	332.495	332.495	-	156.237	156.237
Outros créditos	-	53.967	53.967	-	33.455	33.455
Total	530.089	392.655	922.744	600.621	192.179	792.800
	31/12/2023			31/12/2022		
	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	654.743	654.743	-	313.807	313.807
Debêntures	-	130.295	130.295	-	179.266	179.266
Arrendamentos por direito de uso	-	10.789	10.789	-	9.203	9.203
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	-	-	-	3.045	3.045
Dividendos a pagar	-	18.278	18.278	-	11.916	11.916
Outras contas a pagar	-	3.702	3.702	-	47.298	47.298
Total	-	817.807	817.807	-	564.535	564.535

5.3 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	2.487	2.487
Títulos e valores mobiliários	530.089	530.089	600.621	600.621
Contas a receber	332.495	332.495	156.237	156.237
Outros ativos	53.967	53.967	33.455	33.455
Total	922.744	922.744	792.800	792.800
Passivos financeiros				
Fornecedores	654.743	654.743	313.807	313.807
Debêntures	130.295	130.295	179.266	179.266
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	-	3.045	2.912.248
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	9.203	9.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	11.916	11.916
Outras contas a pagar	3.702	3.702	47.298	47.298
Total	817.807	817.807	564.535	3.473.738

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	2.119	2.119
Aplicação Automática	-	5.537	5.537	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Fundo exclusivo SIMPAR	-	530.089	530.089	600.621	-	600.621
Subtotal	-	535.626	535.626	600.621	2.119	602.740
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Debêntures	-	130.296	130.296	-	179.266	179.266
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	3.045	3.045
Arrendamentos por direito de uso	-	10.789	10.789	-	9.203	9.203
Subtotal	-	141.085	141.085	-	191.514	191.514
Total	-	676.711	676.711	600.621	193.633	794.254

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil	31/12/2023							
	Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	11,65%	11,12%	10,46%	9,77%	9,60%	9,60%	9,79%	10,27%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2023

5.4 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (*hedg*) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("B") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação ao investidor ou padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+, BB, BB-	Grau Especulativo
B+, B, B-	Grau Altamente Especulativo
CCC+	Grau Especulativo de Risco Substantial
CCC	Grau Extremamente Especulativo
CCC-, CC, C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
DDD, DD, D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa fundo fixo		
Br AAA	119	66
Br A	515	303
	22	-
Total depositados em conta corrente	537	303
Total de disponibilidades	656	369
	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	5.537	1.428
Br AA	-	690
Total de aplicações financeiras	5.537	2.119
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.193	2.487
	31/12/2023	31/12/2022
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	530.089	600.621
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	600.621

ii. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em *ranking* de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da CS Frotas para os saldos de contas a receber são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - clientes	340.925	160.464
(-) Perdas esperadas (<i>impairment</i>) de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	-	-
Total de contas a receber	332.495	156.242

b) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco

cambial e risco de preço que pode ser de "commodities", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **iii. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **iv. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possui debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. Para mitigar esse de variação da inflação risco foram contratados instrumentos de swaps que trocam a variação do IPCA pela taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Nessa mesma nota explicativa (5.4) demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	6.193	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	530.089	530.089	-	-
Contas a receber	332.495	332.495	332.483	12	-
Outros ativos	53.967	53.967	47.821	6.146	-
Total	922.744	922.744	916.586	6.158	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	654.743	654.743	654.743	-	-
Debêntures	130.295	130.295	130.295	-	-
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	3.718	2.532	4.539
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	18.278	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	3.844	3.844	3.702	142	-
Total	817.949	817.949	810.736	2.674	4.539

5.5 Análise de sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis. Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 10,46% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 10,55% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil), taxa do euro de R\$ 5,65 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), IPCA de 6,32% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2023 é de 5,56% a.a. conforme BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A taxa SOFR projetada para um ano foi de 5,38% (fonte: Federal Reserve New York Bank). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III): Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da CS Frotas, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras líquidas.

Operação	Exposição	Risco	Ganho/(Perda)	Taxa Cenário I	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Aplicações financeiras	R\$ 6.193	CDI	Ganho	10,54%	653	816
Títulos e valores mobiliários	R\$ 530.089	SELIC	Ganho	10,46%	55.447	69.309
					60.125	84.150
					(17.499)	(20.906)
					(17.499)	(20.906)
Total					38.601	49.219
						59.837
						21.236

Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixado

Variação no resultado com relação ao cenário provável

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **6.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	119	66
Bancos	537	303
Total de disponibilidades	656	369
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	2.118
Aplicação Automática	5.537	-
Total de aplicações financeiras	5.537	2.118
Total	6.193	2.487

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Política contábil: As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **7.2 Composição de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:**

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Fundo exclusivo SIMPAR	530.089	600.621
Total	530.089	600.621

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 10,03% a.a. (em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi de 11,89% a.a.). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5.

8. CONTAS A RECEBER

8.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "*impairment*"). Para contratos de aluguel de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A empresa utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observados ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **8.2 Composição das contas a receber:**

	31/12/2023	31/12/2022
--	------------	------------

★ continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **a) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a CPC 06 (R1)/IAS 17, a Companhia reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas específicas de operações entre empresas, pelo valor mensal do arrendamento. A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com a CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso do ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeira. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do período a medida em que são incorridos. **15.2 Composição do arrendamento por direito de uso:** A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. A Companhia aplicou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento. A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Empresa ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Empresa. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	11,60%
2	11,24%
3	11,59%
5	11,85%
10	12,56%
15	12,66%
20	12,69%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	
Adição	9.203
Baixas	7.155
Amortização	248
Juros pagos	(5.750)
Juros apropriados	(702)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	635
Circulante	10.789
Não circulante	3.718
Total	7.071
Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:	10.789

	Veículos	Imóveis	31/12/2023	Veículos	Imóveis	31/12/2022
Passivo circulante	592	3.126	3.718	3.973	2.168	6.141
Após 1º ano	-	2.532	2.532	-	1.762	1.762
Após 2º ano	-	2.088	2.088	-	1.138	1.138
Após 3º ano	-	1.434	1.434	-	161	161
Após 4º ano	-	1.017	1.017	-	-	-
Passivo não circulante	-	7.071	7.071	-	3.062	3.062
Total	592	10.197	10.789	3.973	5.230	9.203

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado	Valor presente
Contraprestação do Arrendamento	10.789	998
PIS/COFINS	998	-

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R\$ 998. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 3,93% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2023:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	10.248	10.651
Passivo de arrendamento	10.789	11.213
Despesa de depreciação	254.774	264.787
Despesas financeiras	215.875	224.359

15.3 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a CS Frotas reconheceu o montante de R\$ 2.713 (R\$ 1.961 em 31 de dezembro de 2022), referente a gastos relacionados ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **15.4 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.163.993	650.534	200.409	104.589	75.402	-	2.194.927
Total	1.163.993	650.534	200.409	104.589	75.402	-	2.194.927

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1 Política contábil: A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **16.2 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas:** No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Depósitos judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.658	519	102	-
Total	1.658	519	102	-

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou (ii) valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **16.3 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas abaixo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2021		Saldo em 31 de dezembro de 2022		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	Cíveis	Total	Cíveis	Total	Cíveis	Total
Constituição	-	-	-	-	-	-
Reversão	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

	Saldo em 31 de dezembro de 2022		Saldo em 31 de dezembro de 2023	
	Cíveis	Total	Cíveis	Total
Constituição	-	-	102	102
Reversão	-	-	-	-
Total	-	-	102	102

16.4 Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Empresa não possui contingências passivas com desfechos classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Política contábil: A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1)/IAS 24. A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **17.2 Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo):** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos		Dividendos a receber	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	28.461	28.460	103	11.836	-	-
Movida Participações S.A.	-	169	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	60.689	188	-	2	-	-
Total	89.150	28.629	103	11.836	-	-
Partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda	1	-	-	-	-	-
BBC Leasing	2	2	-	-	-	-
BBC Pagamentos	-	2	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	1	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	15.181	4.976	-	103	-	-
JSL S.A.	44	27	521	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	188	-	2	-	-
Original Veículos Ltda	-	50	-	-	-	-
Graos do Piauí Rod SPE	251	144	-	15	-	-
ATU12	94	42	2	10	-	-
Total	15.574	5.429	523	130	-	-
Total	104.724	34.058	626	11.966	-	-

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	3.335	2.458	878	6.510	-	2.272
Movida Participações S.A.	1.889	-	-	-	22.581	14.664
Movida Locação de Veículos S.A.	4.764	442	17.400	5.407	108.345	269.484
Total	9.988	2.458	18.278	6.510	130.926	16.936

	Partes relacionadas		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas						
BBC Leasing	-	1	-	-	-	-
BBC Pagamentos	7	1	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	2	-
SIMPAR Empreend. Imob.	-	-	-	-	65	-
CS Brasil Transportes	964	3.301	-	-	334	19.419
JSL S.A.	320	226	-	-	37	18
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	19	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	442	-	5.407	-	269.484
Original Veículos Ltda.	75	59	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	2	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	28	5	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	-	35
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	14	-	-	-	-	24
Transmoreno	742	-	-	-	62	61
Total	2.169	4.038	-	5.407	500	289.041
Total	12.157	6.495	18.278	11.917	131.426	305.977

17.3 Transações com a empresa controladora: 17.3.1 Ativo		17.3.2 Passivo	
Ativo	Transação	Transação	Especificação
Movida Part.	Clientes	Contas a pagar	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
Movida Locação	Clientes	Contas a pagar	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
CS Brasil Part.	Clientes	Contas a pagar	Refere-se a venda de ativos entre as empresas

17.3.2 Passivo		17.4 Saldos com partes relacionadas: 17.4.1 Ativo:	
Passivo	Transação	Relação	Especificação
Movida Part.	Contas a pagar	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Movida Locação	Contas a pagar	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Part.	Contas a pagar	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Pronto Express Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transport. Rodomeu Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Truckvan Industria Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

Uab Motors Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Com. Máq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
HM Com. Man. Empilhadeiras.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

17.4.2 Passivo:		17.4.2 Passivo:	
Passivo	Relação	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
American Star Veic. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar comercial S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BMB Mode Center S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Máquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Infra S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ciclus Ambient. Brasil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Cvk Auto Comércio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Drive On Holidays C.A.V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Euro Import Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Ville Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Graos do Piauí Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
IC Transportes Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Marbor Locadora Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Pronto Express Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	

* continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Relação	Especificação	Passivo	Relação	Especificação
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado	Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado	Saga Turim	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas	Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	em condições de mercado
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas	Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	em condições de mercado
Vamos Com. Maq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas	Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	em condições de mercado
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas	Sul Import. Veículos	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	em condições de mercado
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas			
HM Com. Man. Empilhadeiras	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Reembolso de despesas			
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPARG S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado			

17.5 Transações entre partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado:

Resultado	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladas																
CS Brasil Participações e Locações S.A.	-	-	(11.466)	(26.491)	-	-	-	-	-	-	-	(6.107)	-	6.107	-	-
Movida Participações S/A	669	339	(7.885)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.869)	(48.597)
Movida Locação de Veículos S.A.	1.658	2.355	(4.395)	(1.176)	-	-	-	-	-	-	(13)	(3.782)	-	3.782	(157.753)	(23.296)
Subtotal	2.327	2.694	(23.746)	(27.666)							(13)	(9.889)		9.889	(212.622)	(71.893)
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	502	-	(275)	(161)	91	-	(91)	-	-	-	(118)	(10)	-	-	-	-
SIMPARG S.A.	-	-	(10)	(1)	-	-	-	-	-	-	(19)	(2)	-	-	-	-
SIMPARG Empreend. Imob.	-	-	(65)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	6.703	7.278	(2.100)	(1.576)	2.242	6.647	(2.242)	(6.647)	16	6	(4)	-	-	-	-	-
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	-	-	-	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	77	-	(2)	-	100	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	(84)	(957)	-	1.131	-	(1.131)	-	-	(2)	(3)	-	-	-	-
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi S.A.	458	-	(175)	(133)	102	-	(102)	-	1	-	(3)	-	-	-	-	-
Vamos Seminovos	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Leasing	-	2	-	-	-	653	-	(653)	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Pagamentos	-	-	(50)	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob. Trans. Pass. Ltda.	-	-	(63)	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Ônibus	-	-	(18)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmoreno	-	-	(534)	(61)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG Transp. Passageiros	-	-	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	(280)	(333)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	7.663	7.357	(3.679)	(3.372)	2.488	8.531	(2.488)	(8.531)	17	6	(146)	(15)				
Total	9.990	10.051	(27.425)	(31.038)	2.488	8.531	(2.488)	(8.531)	17	6	(159)	(9.904)		9.889	(212.622)	(71.893)

17.6 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R\$ 3.757 (R\$ 5.216 em 31 de dezembro de 2022). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa	2.103	2.062
Remuneração variável	1.277	1.989
Benefícios	35	57
Remuneração baseada em ações	342	1.108
Total	3.757	5.216

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.789	15.568
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.380	12
Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	2.867	1.436
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	16.907	-
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16/CPC 06 (R2)	185	207
Outras provisões	-	43
Total do imposto diferido ativo	64.128	17.266
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(11.639)	(5.778)
Depreciação econômica vs. fiscal	(253.494)	(141.880)
Imobilização <i>leasing</i> financeiro	(39.749)	(38.736)
Outros	1.021	977
Total do imposto diferido passivo	(303.861)	(185.417)
Total débitos fiscais, líquidos	(239.733)	(168.151)
Tributos diferidos ativos	-	-
Tributos diferidos passivos	(239.733)	(168.151)
Total débitos fiscais, líquidos	(239.733)	(168.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(76.127)	(92.024)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(71.582)	(168.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(71.582)	(168.151)

18.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	210.387	236.094
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(71.532)	(80.272)
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	-	4.216
Despesas indedutíveis	-	(5)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(53)	-
Outras exclusões/Outras adições	3	(66)
IRPJ e CSLL apurados	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(71.582)	(76.127)
IRPJ e CSLL no resultado	(71.582)	(76.127)
Alíquotas efetivas	-34,02%	-32,24%

18.4 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.378.222	1.378.222,201
Aumento de capital (ii)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.378.222	1.378.222,201
Aumento de capital (ii)	60.000	60.000,000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.438.222,201

18.5 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Ano	R\$ Mil
2024	13.568
2025	28.221
Total	41.789

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 1.438.222.201 (R\$ 1.378.222.201 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.438.222.201 quotas sem valor nominal pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação. (Em 31 de dezembro de 2022 eram 1.378.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.378.222	1.378.222,201
Aumento de capital (ii)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.378.222	1.378.222,201
Aumento de capital (ii)	60.000	60.000,000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.438.222,201

19.2 Reserva de lucro: Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R\$ 23.906 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 16.420 em 31 de dezembro de 2022); Lucros retidos, no montante de R\$ 412.712 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 312.755 em 31 de dezembro de 2022); Lucro acumulado, no montante de R\$ 0 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) no montante de R\$ 55.170 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 60.000 em 31 de dezembro de 2022). **19.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** **19.3.1 Política contábil:** **Distribuição de dividendos:** Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: i. 5% destinados à constituição de reserva legal; e ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite,

ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir. **19.3.2 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.914
Juros sobre o capital próprio pagos	(4.538)
Distribuição de lucros	12.400
IRRF	(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.916
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.278

20. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

20.1 Política contábil: As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: i) **Receita de prestação de serviços (locação de veículos):** A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. ii) **Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços:** A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **20.2 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação (i)	1.055.539	684.860
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	338.822	163.782
Receita bruta	1.394.361	848.642
Impostos incidentes sobre as receitas (iii)	(97.455)	(63.094)
Devoluções e abatimentos	(3.853)	(4.961)
(-) Deduções da receita	(101.308)	(68.055)
Receita líquida total	1.293.053	780.587
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	338.823	163.782
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	954.230	616.805
Receita líquida total	1.293.053	780.587

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. (ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2)/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. (iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e CO-FINS (alíquota de 7,6%).

21. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(309.535)	(133.384)
Despesas com pessoal	(46.074)	(31.735)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos (i)	(271.298)	(134.964)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Com		

→ continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP259650/O-3

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas - CS Brasil Frotas S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>